
O SIGNO E O HÁBITO EM MEIO AO AUTOMATISMO NO ESPAÇO URBANO: O CASO DE ÁGUAS CLARAS - DF ¹

Vinícius de Noronha Miranda VINHAL²
Fátima Aparecida dos SANTOS³
Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF

RESUMO

A partir dessa pesquisa e tendo como ponto de partida o trabalho de David Harvey, Henry Lefebvre, Lucrécia Ferrara e Milton Santos, busco compreender a mobilização dos signos pelo capital para o mercado consumidor em Águas Claras - DF – com base na história de sua construção – e quais as consequências disso em sua visualidade e cotidiano. Para tanto, assumi a posição de observador em caminhadas contemplativas, tendo como referência Francesco Careri, Michel de Certeau e resultado a investigação da natureza do hábito em meio ao automatismo capitalista e um retrato da semiosfera da cidade, com base em Georg Simmel, I. M. Lotman, C. S. Peirce e seus comentadores.

PALAVRAS-CHAVE

Águas Claras; cidade; espaço; semiótica; capitalismo.

Introdução

No final do ano de 1992, por decreto do então Governador Joaquim Roriz (1991-1995) e a partir da Lei nº 385 de 16 de dezembro de 1992, iniciou-se no Distrito Federal a construção de um novo bairro da Região Administrativa de Taguatinga (RA III). Águas Claras, projeto inicialmente concebido durante o Governo Elmo Serejo (1974-1979), finalmente sairia do papel, mas com drásticas alterações em seu plano urbanístico. O bairro carregaria consigo o peso da crítica ao modelo de Cidade Modernista, pautada principalmente por um fortalecido discurso contra o adensamento populacional do Plano Piloto, região central do DF desenhada pelo urbanista Lúcio Costa.

Além da crítica ao funcionalismo modernista, havia ainda certa nostalgia em relação a uma suposta “cidade brasileira tradicional”, cuja visualidade se representaria através de ruas-corredores, edifícios sobre lojas, centros comerciais e maior densidade

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Semiótica da Comunicação do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente da etapa remota do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual pela FAC-UnB e Mestrando em Design, Espaço e Mediações no Programa de Pós-Graduação em Design do Instituto de Artes, Universidade de Brasília. Cursa também especialização em Arte-Educação no Centro Universitário Senac (Santo Amaro), e-mail: vinicius.vinhal@gmail.com.

³ Designer, mestre e doutora em Comunicação e Semiótica – PUC-SP com estágio pós-doutoral pela Università Degli Studi di Torino – CIRCE, Professora do Departamento de Design – Graduação em Design e PPG-Design – linha Design, Espaço e Mediações do Instituto de Artes, Universidade de Brasília, e-mail: designerfatima45@gmail.com

populacional. Contudo, o Plano Diretor do arquiteto e urbanista Paulo Zimbres ainda contemplava virtudes do pensamento de Lúcio Costa, não o destacando totalmente do restante de Brasília, além de ambicionar que o novo bairro – destinado à classe média – fosse exemplo em termos de áreas verdes, espaços próprios para a educação, a saúde e as artes (ZIMBRES E REIS ARQ. ASSOCIADOS, 1991). Fato que não se consumou, pois, independente de Taguatinga⁴ e consagrada em 2008 como maior canteiro de obras do Brasil (SENADO FEDERAL, 2008), Águas Claras se tornou objeto fundamental para a compreensão de como o capital pode se apropriar da produção do espaço.

Hoje, em Águas Claras, atividades do domínio público são encontradas, em maioria, dentro de condomínios e aos pés de arranha-céus (Figura 1): “são complexos compostos por áreas de lazer com piscinas, playground, salão de festas, churrasqueiras, academia de ginástica, sauna e quadras esportivas” (FRANÇA, 2008, p. 163 In PEREIRA; CRUZ, 2021, p. 14), construídos sob slogans pautados pela segurança e pela qualidade de vida. Edifícios chegam a 36 andares, com muros de até 12 metros ladeando calçadas estreitas e, mesmo com o posto de maior densidade populacional do DF (são 14.074 habitantes por km²) (IBGE, 2022), a cidade ainda não fornece acesso a saúde e educação públicas.



Figura 1: Prédios de condomínios diferentes extremamente próximos e visão do início da Av. Flamboyant. Fonte: arquivo pessoal do autor.

A construção publicitária de Águas Claras, conseqüentemente, fez uso em especial de sua linha metroviária – em torno da qual Águas Claras foi desenhada – e de seu Parque

⁴ Águas Claras – antes bairro de Taguatinga – é, desde 2003, reconhecida como a vigésima Região Administrativa do Distrito Federal (RA XX). Em sua forma inicial, a RA compreendia também as regiões do Areal e de Arniqueira. Desde 2019 ambas fazem parte da RA XXXIII, de nome Arniqueira.

Ecológico, com promessas e discursos altruístas, sendo a premissa da segurança representada por enclaves fortificados. Como observa Albuquerque (2009):

As cidades estão compostas por signos que referenciam o capital e agregam valor à terra. Estes signos se apresentam como mediações para a realização do capital [...] eles podem ser expressos de forma direta e ou indireta, sutil, refinada ou mais visível, e se consolidam de acordo com os diferentes níveis de alienação (ALBUQUERQUE, 2009, p. 38).

A cidade, não obstante, dá lugar ao contraditório, ao conflito, a pequenas resistências e ressignificações. Por serem polissêmicas, inesgotáveis de significações, as grandes cidades contemporâneas produzem acelerada transformação em seus signos, o que faz necessário que investiguemos o pensamento hegemônico – o capitalista – que os guia. Dessa maneira, considerando a semiótica como norteador metodológico da discussão, é preciso recorrer à região da crença para que se entenda a fetichização do espaço como mercadoria, assim como o pensamento capitalista engendrado em nosso cotidiano.

Este artigo visa discutir como foram mobilizados os signos de Águas Claras e quais as consequências disso em sua visualidade e cotidiano, traçando assim uma investigação da natureza do hábito em meio ao automatismo do cotidiano e um retrato da semiosfera da cidade. Através de excertos de caminhadas contemplativas que fiz durante minha pesquisa de mestrado, uma temática contemplará a discussão proposta: prédios abandonados – empreendimentos capitaneadas por cooperativas de funcionários públicos que faliram no decorrer das obras – os quais penso serem essenciais para a discussão dos efeitos sógnicos da ação do capital sobre tal espaço. Finalmente, sugeri um caminho semiótico para o princípio da subversão de tais hábitos deteriorados.

Espaço como produto e desejo de consumo

O domínio do capital sobre a produção do espaço não se restringe aos seus efeitos mercadológicos, mas abrange sua recepção cognitiva. A conformidade do espaço urbano de Águas Claras é consequência do pensamento *estratégico* do Estado em parceria com a iniciativa privada; do predomínio do valor de troca sobre o valor de uso do solo e de uma construção sógnica favorável a seus agentes produtores. A cidade cresceu e moldou-se sob o “urbanismo dos promotores de vendas” (LEFEBVRE, 2008, p. 32) com atuação direta do Estado, detentor de terras e especulador imobiliário.

Considerando o espaço enquanto união interdependente de *sistemas de objetos* (objetos do espaço ou *fixos*, como a paisagem) e *sistemas de ações* (ações humanas ou *fluxos*, gestos dinâmicos) (SANTOS, 2006), à medida em que se prezou pelo tempo (a velocidade) em detrimento do espaço (o resultado) em prol da aceleração do capital de giro (HARVEY, 2004), desprezou-se sua subjetividade e implementou-se a cidade sem suporte de infraestrutura (CAMPANHONI, 2018), considerada “despesa”. Como expõe de Certeau (2014) em “A Invenção do Cotidiano”:

[...] o sistema do lucro gera uma perda que, sob as múltiplas formas de miséria fora dele e do desperdício dentro dele, inverte constantemente a produção em “gasto” ou “despesa” [...] a organização funcionalista, privilegiando o progresso (o tempo), faz esquecer sua condição de possibilidade, o próprio espaço, que passa a ser o não pensado de uma tecnologia científica e política. (DE CERTEAU, 2014, p. 161).

Ignorando-se as espontaneidades da produção do espaço, criou-se mais uma referência para a região sudoeste da Capital, possibilitando a ocupação do hiato habitacional entre o Guará e as regiões mais populosas do DF (Taguatinga, Ceilândia e Samambaia). Um novo centro que, porém, não possui a seu favor o ideal edílico de Lúcio Costa, nem a centralização das atividades culturais e do funcionalismo público do Plano Piloto (*zona luminosa*), tampouco a efervescência cultural da periferia do DF (*zona opaca*), com seu potencial de confronto político (SANTOS, 2006). Alienada entre esses dois domínios, a RA se apresenta como uma experiência urbanística inacabada – característica que se expressa também em seu grande número de edifícios abandonados.

Enquanto produto de ações estratégicas do Estado em parceria com a iniciativa privada, Águas Claras viu sua mínima infraestrutura inicial (Parque Ecológico e linha metroviária) ser utilizada para a publicidade e para a especulação sobre seu território, de forma a gerar raridade (ALBUQUERQUE, 2009) em detrimento de aspectos sociais, estruturais e ambientais, com amparo da legislação para desconsiderar as determinações de seus projetistas. Ainda dentro desse tema, de Certeau (2014, p. 161) prossegue:

Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade [...] A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (DE CERTEAU, 2014, p. 161).

Águas Claras, portanto, assim como Brasília em sua gênese, “serve de baliza ou marco totalizador ou quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas” (ibid.) dos agentes produtores do espaço. Dessa vez, porém, seus signos e simbologias se

mobilizaram quase exclusivamente em prol dos objetivos irrefreáveis do mercado imobiliário, bem como do controle estatal sobre a moradia. Tais signos se fizeram majoritariamente “utilitários”, (FERRARA, 1981, p. 63) – Ferrara os chama de *signos icônicos-utilitários* – ao passo que se propuseram alheios ao compromisso social com as necessidades reais do consumidor e priorizaram o valor de troca em desfavor do valor de uso do espaço para proveito do capital.

Com seus primeiros pavimentos acima de andares de estacionamento, muros áureos de enclaves fortificados blindam seus moradores do mundo exterior, oferecendo-os lazer e segurança. É irônico o fato de que muitos deles estão à frente de praças ou as rodeiam, criando uma dicotomia de parquinhos ou quadras poliesportivas internos e externos. Pergunto-me se o capital ambiciona que o espaço, ao contrário do dito de Bachelard (2000), deixe de transcender o espaço geométrico da casa, expandido para o espaço geométrico do condomínio. O simulacro mercadológico da “casa sonhada”⁵ ganha o lugar da “casa natal” (p. 74), fazendo-se materialização do desejo de consumo, banhado de signos icônicos que ressaltam qualidades atraentes.



Figura 2: Figura 27: Homem caminha ao lado de lote vazio rodeado por muros (R. 34 Sul). O lote em questão (6) é um terreno abandonado cujos tapumes foram substituídos recentemente. O terreno também foi limpo e sua grama podada. Fonte: arquivo pessoal do autor.

A respeito do tema, Ferrara (2010) é complementar:

A especulação imobiliária explora o imaginário do usuário criando padrões de vida, habitação ou cidade vividos à distância e na celebração da imagem fotográfica ou das simulações (FERRARA, 2010, p. 170).

⁵ “Por vezes, a casa do futuro é mais sólida, mais clara, mais vasta que todas as casas do passado. No oposto da casa natal trabalha a *casa sonhada*. No entardecer da vida, com uma coragem invencível, dizemos ainda: o que ainda não fizemos será feito. Construiremos a casa. Essa casa sonhada pode ser um simples sonho de proprietário, um concentrado de tudo que é considerado cômodo, confortável, saudável, sólido ou mesmo desejável para os outros. Deve contentar então o orgulho e a razão, termos inconciliáveis.” (BACHELARD, 2000, p. 74).

Por meio de outdoors, maquetes, estandes de vendas e promessas, gera-se, à luz da cidade, um conflito entre a “comunicação midiática” (AGAMBEN apud FERRARA, 2018, p. 16), crescentemente coercitiva, e o olhar atento; entre o desejo de consumo – calcado pela construção midiática da insegurança e do lazer confinado – e a harmonia dos sistemas urbanos.

Como, então, esse tipo de comunicação e os signos-icônicos-utilitários se tornam imperativos e criam raízes em nossos hábitos e crenças, alienando-nos em relação ao espaço? Como superá-los?

O controle do hábito

Ainda que o hábito seja comumente pensado apenas pela ótica do rotineiro, “ele também se manifesta no processo mais primitivo da percepção e da cognição” (MACHADO, 2021, p. 72). Nas palavras de Peirce: “aquilo que nos determina, a partir de premissas dadas, a retirar uma inferência ao invés de outra, é algum hábito da mente, quer seja constitucional ou adquirido” (1877, p. 3). Trata-se de um “princípio-guia” (SANTAELLA, 1994, p. 147) indicado pela crença que garante continuidade às interpretações futuras.

Em “A Fixação da Crença” (1877), Peirce propõe uma de suas primeiras teses anticartesianas ao descrever e discutir o conceito de crença, “uma indicação mais ou menos segura de se encontrar estabelecido na nossa natureza algum hábito que determinará as nossas ações” (PEIRCE, 1877, p. 5). A crença surge de um confronto, ao qual Peirce dá nome de *inquirição*, estágio seguinte à dúvida. Depreende-se que há, em nossa forma de agir, contaminações por meio de crenças que preveem hábitos deteriorados.

Peirce enumera quatro métodos para a fixação de crenças. São eles: o “método da tenacidade” (p. 7), que supõe a adesão voluntária à alienação, frágil em seu cerne e dependente de certo distanciamento da realidade; o “método da autoridade” (p. 8), terrivelmente bem-sucedido e que pressupõe a opressão de crenças indesejadas, intrínseco à sistemas políticos, assim como às divisões do trabalho e de classes; o “método a priori” (p. 9), a partir do qual o choque de opiniões conduziria naturalmente o ser humano a preferências (a nível de gosto) de uma natureza universal; e o “método científico” (p. 10-13), através do qual é possível apreender, com base em conhecimento prévio, a complexidade presente em um dado fenômeno ou fato a ser investigado, de forma a

alcançar a verdade, desde que o objetivo último seja sempre um universal; uma conclusão coletiva.

Logo, com a predominância do sistema capitalista, burocrática e violentamente forjado por meio da *autoridade*, – a medida em que se constrói sobre a opressão de alternativas; sob a égide da criação e da destruição de espaços (HARVEY, 2004), a medida em que a organização estatal “concentra o poder de regular o dinheiro, a lei e a política [...] bem como de monopolizar os meios de coerção e de violência de acordo com uma vontade territorial soberana” (p. 88). Assim, aceitamos premissas opressoras mediante a *tenacidade*, alienando-nos em nosso cotidiano e em relação a nossos espaços, ainda que a realidade se expresse sem sutileza na experiência coletiva.

Em tempos de hiper urbanização, o meio técnico-científico-informacional revela as consequências da desregulamentação financeira em consonância à aceleração do fluxo informacional, do ritmo da inovação tecnológica e do grau de transferência e imitação (HARVEY, 2004). Na mesma medida em que “danifica o corpo que trabalha” (p. 149), o capitalismo transforma-se gradativamente em um sistema cognitivo sob a hegemonia da imaterialidade e da especulação (BOUTANG, 2007). Cria-se, como previa Georg Simmel (2005), um “domínio do entendimento” (p. 578) que mina a preservação da vida subjetiva e automatiza o cotidiano. Boutang (2007) acrescenta que “o financeiro e a financeirização não são distorções de uma economia realista e saudável, mas a governança de novas instabilidades no modo de produção cognitivo” (p. 18; tradução do autor). Não é exagero, portanto, afirmar que o sistema capitalista, em sua forma de domínio cognitivo, ambiciona o desígnio de hábitos – ou melhor – da camada da crença, por meio da intensificação da “vida nervosa” (SIMMEL, 2005) e da comunicação mediática. Nas palavras de Ferrara (2018) a respeito de Giorgio Agamben:

[...] a comunicação mediática é domínio de um poder de pensar e agir e [...] Uma comunicação que nos impede de pensar e atuar como seres comunicantes; uma mídia que, coercitiva, nos impõe uma "vida nua" dominada pela anticomunicação, comandada pelo dispositivo técnico-midiático e pelo poder que tudo parece imunizar, a fim de poder atuar na dimensão de uma política hegemônica, mais interessada do que interessada. (cf. Agamben, 2005: 129) (AGAMBEN apud FERRARA, 2018, p. 16).

Naturalmente, é colocando tais hábitos sob reflexão e gerando dúvidas, de maneira a reiniciar processos de fixação de crenças por meio do método mais razoável, que se pode ultrapassá-los. Contudo, regras não são flexíveis como opiniões e um sistema cujas crenças estão profundamente enraizadas não será modificado somente às vias da

especulação. Por isso, o que ofereço é um dos caminhos possíveis dentro da semiótica para o questionamento e, conseqüentemente, o princípio da subversão de hábitos alienantes.

Iuri M. Lotman (1996) propôs que cada semiosfera – contínuos semióticos onde signos se reproduzem e se relacionam em diversos níveis de organização – se caracteriza pela singularidade de seus códigos culturais. Entretanto, semiosferas possuem *fronteiras*; mecanismos inteligentes de tradução, isto é, possibilidades dialógicas que potencializam a ação do signo: sua evolução. A semiose, portanto, ocorre mediante o intercâmbio entre diferentes sistemas, “que geram a irrupção de novos arranjos sígnicos e sentidos, como também a ressignificação daqueles já existentes [...] é por meio desses devires, que redefinam continuamente o espaço da semiosfera, que a cultura ganha dinamicidade (NAKAGAWA; CARDOSO, 2020, p. 121-122).

Ainda segundo Lotman, “o sujeito gnosiológico não apenas faz parte da cultura, como também o modo como ele conhece é determinado por ela que, forçosamente, cria uma mediação para o processo que leva à produção do conhecimento” (NAKAGAWA; CARDOSO, 2020). Ou seja, assim como Peirce, Lotman uma visão dialógica sobre a produção do conhecimento que supera a prevalência do sujeito sobre o objeto. Enquanto Lotman vê a semiose inserida num espaço descrito por um modelo espacial, em Peirce ela descreve a continuidade no decorrer do tempo, num processo em que o objeto determina o signo, e o signo gera o interpretante. Os dois, contudo, complementam-se à medida em que se abrem ao acaso, compreendendo a constante mudança dos signos.

Assim sendo, as principais contribuições de Lotman e Peirce a esta pesquisa estão contidas em suas visões acerca da criatividade, que implica, necessariamente, confronto:

Se, em Lotman, a própria dinâmica das estruturas dissipativas é entendida a partir do surgimento, a partir das interações, de pontos de instabilidade e de perturbação pelos quais irrompem os chamados processos explosivos (Lotman, 1999), em Peirce, esta caoticidade criativa também tem lugar, mas a partir de uma dinâmica própria ao princípio de variância e criatividade que habita os signos e o fenômenos de primeiridade, observáveis em toda manifestação artística, polissêmica, plural, icônica (NAKAGAWA; CARDOSO, 2020, p. 129).

Em diálogo, portanto, as bases teóricas de Peirce e Lotman me levam a crer que, visando sobrepor novos hábitos sobre outros já deteriorados, é preciso fazer irromper processos explosivos, resultantes do diálogo entre diferentes sistemas; é necessário que haja inventividade, cultivo de possibilidades em primeiridade. Não menos importante, é fundamental que signos incompreensíveis fora de determinadas semiosferas sejam

traduzidos para que sejam compreendidos, digeridos e assimilados, conseqüentemente, cultivando a vagueza da primeiridade tendo como resultado novas possibilidades. Devemos ser atravessados pela crítica e pela poética, é preciso experiência colateral com arte que nos abra a premissas dissonantes às do capital. Mas, por que arte?

A arte “completa o esforço filosófico – ou melhor, devolve a filosofia a seu ponto de partida” (KAPLAN In DEWEY, 2010, p. 48). a experiência reflexiva estimulada pela arte age como maneira de absorção de possibilidades. Porém, nem todo tipo de experiência – como a artística – gera um processo elucidativo. Não por acaso, deve ser investigada a maneira pela qual o capitalismo aliena e oculta suas mazelas, automatizando o olhar. Experiências tornam-se elucidativas quando associadas ao exercício reflexivo, à continuidade, à evolução cuja origem deve estar na intensificação da consciência (SIMMEL, 2005).

Peirce enfatiza que o ideal último de seu pragmatismo é *o crescimento da razoabilidade concreta*. Isto é, uma “razoabilidade em devir” (PEIRCE apud SANTAELLA, 1994, p. 138), “sinônimo de potencialidade da ideia, algo dinâmico, sempre em processo de materialização em signos internos e externos” (p. 141). Logo, hábitos devem estar sempre em revisão, sujeitos à autocritica e ao autocontrole. Cabe à estética, segundo Peirce, cultivar os hábitos de sentimento que darão curso ao conhecimento. Está, portanto, nas obras de arte e, conseqüentemente, na experiência estética, o maior potencial para o início da mudança de hábito. De acordo com Santaella (1994):

O ideal estético é nutrido pelo cultivo de hábitos de sentimento. Sendo obras de arte aquelas coisas que encarnam qualidades de sentimento, os hábitos de sentimento só podem ser cultivados através da exposição de nossa sensibilidade às obras de arte. Em vista disso, por mais que possam criticar os museus e suas extensões, no tempo histórico em que estamos atravessando, eles cumprem essa imprescindível tarefa de nos colocar na presença de obras de arte que figam nossa sensibilidade com vistas à mudança de hábitos estereotipados e deteriorados de sentir (SANTAELLA, 1994, p. 150).

A arte possui, portanto, um imenso potencial transformador, não só por sua potencialidade, característica da primeiridade, mas também por cumprir o papel de cultivar o ideal norteador do pragmatismo. Não obstante, a experiência estética nos abre ao contato com a alteridade, trazendo frescor à percepção do mundo. Traz, a partir do contato com diferentes sistemas, a percepção mediada pela sensibilidade imaginativa e

expande o olhar do observador acerca da realidade, “transcendendo os esquemas perceptivos e crenças limitadoras” (MERLEAU-PONTY apud REIS, 2011, p. 78).

Tratemos, portanto, dos prédios abandonados, objetos de investigação que discutem com clareza os temas até aqui trabalhados.

Às margens da especulação

Por meio de caminhadas contemplativas com objetivos banais, deixei-me levar pelo acaso. Esta seria a dinâmica de todas essas errâncias: elas seriam justificadas por atividades cotidianas ou lúdicas, durante as quais eu derivaria por possíveis pontos de interesse dentro dos limites de trajetos comuns da cidade; percursos típicos de moradores, seja em direção a parques, praças internas, comércios locais ou utilitários. Como afirmou Michel de Certeau (2014):

Ao invés de permanecer no terreno de um discurso que mantém o seu privilégio invertendo o seu conteúdo [...], pode-se enveredar por outro caminho: “analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento” (DE CERTEAU, 2014, p. 162).

Assim, observando o cotidiano da cidade, fiz da minha “errância” (CARERI, 2013) prática estética e exercício de olhar crítico sobre o espaço, de forma a construir uma cartografia de suas histórias, conflitos, equívocos, sucessos e banalidades. Perguntei-me sobre o que haveria em Águas Claras que resistiria ao enfraquecimento de nossas sensibilidades em meio à extenuante rotina de trabalho; aos excessos informacionais.

Um dos elementos mais presentes durante tal processo metodológico foram edifícios abandonados. Frequentemente retratados nos telejornais locais, são ruínas contemporâneas cuja finalização ou a demolição, bem como o ressarcimento de seus compradores, encontram-se em processo judicial. Há, atualmente, onze lotes abandonados na RA. Dos onze, nove são edifícios completamente abandonados ou que funcionam apenas com parte de sua estrutura.

Em reportagem do início deste ano (31 de janeiro de 2024)⁶, em meio à maior epidemia de dengue da história do Distrito Federal, que levou o GDF – entre outras unidades federativas – a declarar estado de emergência, o Correio Braziliense voltou a tratar dos edifícios abandonados em Águas Claras. Os prédios, com mato alto, água parada e lixo aparente, servem como abrigo para roedores urbanos e criadouros de baratas,

⁶ <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/01/6795202-predios-abandonados-de-aguas-claras-colocam-a-populacao-em-risco.html>

escorpiões e pernilongos, entre os últimos o transmissor da dengue, o *Aedes aegypti* (CORREIO BRAZILIENSE, 2024).

Para o transeunte que passa diariamente pela Av. das Castanheiras em Águas Claras, não há como ignorar a presença de quatro edifícios abandonados em sequência. Há um longo trecho de ruínas – composto por um edifício baixo e três outros que comporiam um condomínio: o Residencial Park Way. Este, por sua vez, ganhou destaque devido a seu histórico de ocupações por moradores de rua (TV BRASIL, 2022). O condomínio incompleto tem um lava-jato informal em funcionamento em seu nível térreo e conta com uma associação de moradores que luta pela posse de seu terreno há quinze anos, destacando-se como a mais vocal das organizações que representam compradores lesados pelo abandono de obras na região.



Figura 3: Anúncios expostos nas estruturas do Residencial Park Way (Av. das Castanheiras e R. 4 Norte). Fonte: arquivo pessoal do autor.

Com cores e fontes chamativas em outdoors, placas e banners de publicidade, o mercado se apropriou das paredes do Residencial Park Way: um esforço conjunto para ocultá-los e torná-lo “funcional”. Trata-se de um exemplo simples de como se consuma a objetividade do conhecimento. Em meio às impressões persistentes do cotidiano, que já minam a percepção das relações que compõem o espaço, tais peças publicitárias cumprem função de reduzir possibilidades de observação, capturando o olhar do transeunte, especificamente com mercadorias: alimentos, combustíveis, consórcios etc. A ruína, desfuncional, ganha função de suporte para a publicidade e de espaço para empreendimentos informais. A segunda situação pode ser vista também a poucos quilômetros, na Rua 34 Norte.

Em 2012 – vinte anos após o início da construção de Águas Claras – quando foi alvo de dois incêndios em uma única semana, o prédio abandonado da Rua 34 Norte já completava dez anos de abandono. Funcionam nele dois lava-jatos e um estacionamento (Figura X), na maior parte do tempo vazio, em que estão estacionados *food trucks* de uma rede de cachorros-quentes. Como o condomínio abandonado da Av. das Castanheiras, este é controlado por seus usuários, que o deram novos significados.



Figura 4: Prédio abandonado da Rua 34 Norte. Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em 2018, tive a oportunidade de ilustrar a capa do jornal impresso *Campus* (Figura X) da FAC (Faculdade de Comunicação) da UnB. A arte fez alusão a uma reportagem que acompanhou o feito do montanhista Paulo Freire, que praticou saltos e rapel no edifício abandonado da Rua 34 Norte. O atleta fez uso de vários dos prédios em desuso da região para a prática de treinamentos e o oferecimento de cursos para adultos e crianças (CAMPUS, 2018). Como recordação, deixou-nos um depoimento elucidador nas linhas da reportagem:

“As obras são satisfatórias desde que o lucro não aprisione as pessoas, que apontem para a segurança e para a saúde. A qualidade de vida deve ser pensada bem antes e a construção de Águas Claras pecou em vários aspectos” (CAMPUS, 2018).



Figura 5: Capa do jornal Campus (edição de outubro de 2018). Fonte: arquivo pessoal do autor.



Figura 6: Foto do montanhista Paulo Freire presente na reportagem. Fonte: arquivo pessoal do autor.

A reportagem também cita a gravação de um videoclipe num prédio abandonado (cujas obras foram terminadas) presente na Quadra 208 Norte. Iniciativa do produtor musical Luis Xina, o videoclipe fez uso da cobertura do edifício para retratar o grupo Cypher (parceria entre quatro grupos de rap) em interpretação da faixa “A morte não vai”, uma denúncia às disparidades sociais. Criticado e elogiado por moradores, Xina declarou à reportagem que “Esse tipo de atitude mostra às autoridades a necessidade de se dar uma função aos espaços urbanos” (CAMPUS, 2018).

O Residencial Park Way e o edifício da Rua 34 Norte revelam Águas Claras em suas contradições. Por um lado, as ruínas expõem o crescimento desordenado e acidentado da cidade, assim como suas mazelas atuais. Por outro, demonstram que há a

possibilidade de que tais lugares representem qualidades formais e materiais divergentes de sua função original não realizada (residência) e outras à sua atual ausência de função, ainda que estejam excluídos da sintaxe arquitetônica da cidade. São, portanto, o que Ferrara (2002, p. 25) chama de “lugares icônicos”. No caso do Residencial Park Way, deu-se função de suporte à publicidade, aumentando a apreensão informacional da região e maquiando sua visibilidade. No edifício da Rua 34 Norte, houve princípios de intervenções voltadas à comunidade, à prática comunitária do esporte num local pouco convencional e a um exercício artístico questionador por meio de um videoclipe.

Conclusão

Hoje, Águas Claras vivencia lentamente a chegada de parte do que lhe foi prometido durante seu acelerado crescimento enquanto o fim de seu ciclo de vida na construção civil – a saturação de seu espaço – se aproxima. Um novo parque (Parque Sul) foi finalizado e, em breve, serão iniciadas as obras das primeiras escolas públicas da cidade. A área da saúde continua uma incógnita. A RA tem seus últimos lotes vazios em vias de serem aproveitados. Enclaves fortificados trazem sensação de segurança em meio a uma cidade segura, com poucas ruas vazias e praças constantemente ocupadas por moradores. Pequenas hortas começam a se espalhar pelos canteiros à beira da linha metroviária, como um aceno de que há a possibilidade – como no prédio abandonado da Rua 34 Norte – de que fagulhas se tornem mudanças significativas no espaço público. Ao mesmo tempo, convive-se com ruínas que servem de lembrete de que ali impera o valor de troca em detrimento do valor de uso.

Esta pesquisa serve também como um aceno para que se pense o espaço de uma cidade tão demonizada por um olhar humanizado. Em meio ao fortalecimento do capitalismo cognitivo, é preciso observar as miudezas do cotidiano, ler, reler e fazer arte para encontrar potencialidades; transformações. O fim deve ser razoável e concreto, o caminho dialógico e o princípio o mais vago possível; preche de possibilidades.

Referências bibliográficas

A 20 km de Brasília, Águas Claras, o maior canteiro de obras do País. **Senado Federal**, Brasília, 17 de agosto de 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/345106> . Último acesso em: 05 de outubro de 2024.

ABANDONO vertical: famílias lutam na Justiça para terminar prédios em Águas Claras. **TV Brasil**, Brasília, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter->

df/2022/05/familias-lutam-na-justica-para-terminar-predios-em-aguas-claras. Último acesso em: 05 de outubro de 2024.

ALBUQUERQUE, M. Z. **A lógica da produção do espaço de Águas Claras na reprodução do capital no Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALTERNATIVAS ao abandono. **Campus (FAC-UnB)**, Brasília, outubro de 2018.

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOUTANG, Y. M. Cognitive Capitalism and Entrepreneurship: decline in industrial entrepreneurship and the rising of collective intelligence. **Conference on Capitalism and Entrepreneurship**, vol. 141, set. 28-29, 2007.

CAMPANHONI, A. Planejamento urbano, cidade compacta e infraestrutura adequada: caso de Águas Claras – DF. **Anais do XV ENANPUR**, vol. 15, n. 1, 2018.

CARERI, F. **Walkscapes: O Caminhar como prática estética**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano** – 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FERRARA, L. D. **A comunicação que não vemos**. São Paulo: Paulus, 2018.

FERRARA, L. D. **A estratégia dos signos**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

FERRARA, L. D. A mobilidade como contradição do espaço urbano. **Matrizes**, vol. 4, n. 1, p. 165-177, 2010.

FERRARA, L. D. **Design em espaços**. São Paulo: Rosari, 2002

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LOTMAN, I. M. **La Semiosfera I**. Madrid: Cátedra, 1996.

MACHADO, L. C. S. **Semioses das imersões sci-estéticas: uma diagramática das obras de arte em espaços expositivos**. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NAKAGAWA, R. O.; CARDOSO, T. S. Epistemologia semiótica e a questão do observador em Peirce e Lotman. **Estudos Semióticos**, vol. 16, n. 3. p. 112-132, 2020.

PEIRCE, C. S. A Fixação da Crença. Tradução de Anabela Gradim Alves, Universidade da Beira Interior. **Popular Science Monthly**, vol. 12, p. 1-15, 1877.

PEREIRA, L. B.; CRUZ, L. S. F. Da crítica à superquadra ao quarteirão murado: o caso de Águas Claras em Brasília. **Pós FAUUSP**, vol. 28, n. 52, p. 1-18, 2021.

PRÉDIOS abandonados de Águas Claras colocam a população em risco. Correio Braziliense, Brasília, 31 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/01/6795202-predios-abandonados-de-aguas-claras-colocam-a-populacao-em-risco.html>.

Último acesso em: 05 de outubro de 2024.

REIS, A. C. A experiência estética sob um olhar fenomenológico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 63, n. 1, p. 75-86, 2011.

SANTAELLA, L. **Estética: de Platão a Peirce**. São Paulo: Experimento, 1994.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SIMMEL, G. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903). **MANA**, vol. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

ZIMBRES E REIS ARQ. ASSOCIADOS. Memorial Descritivo do Bairro Águas Claras – MDE 220/90. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991.